

06.Outubro.2011 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)

Prof. Dr. João Alberto Sobrinho Teixeira, Prof. Dr. Rui Teixeira, Prof. Dr. Mourato, Prof. Vicente Ferreira, Prof^a Dr^a Conceição Bento, Prof. Coelho da Silva

Recebidos por: Deputados Acácio Pinto, Amadeu Soares Albergaria, Ana Drago, Ana Jorge, Carlos Enes, Duarte Marques, Emídio Guerreiro, Inês de Medeiros, Isilda Aguincha, José Ribeiro e Castro, Margarida Almeida, Maria Conceição Pereira, Maria José Castelo Branco, Michael Seufert, Miguel Tiago, Odete João, Paulo Cavaleiro, Pedro Delgado Alves, Pedro Pimpão, Rui Jorge Santos, Emília Santos, Inês Teotónio Pereira, Manuel Meirinho Martins, Maria Ester Vargas, Maria Manuela Tender e Rosa Arezes

Assunto: Orçamento do Estado para 2012 entre outras questões relativas aos Politécnicos

Exposição: Após a apresentação de boas-vindas, por parte do Sr. Presidente da Comissão, o Sr. Prof. Sobrinho Teixeira, justificou o pedido de audiência com a necessidade de o CCISP apresentar aos Deputados da Comissão alguns dos problemas com que se debatem os politécnicos, neste período particularmente difícil para o País.

Entendendo que a qualificação dos portugueses constitui um factor crucial para o desenvolvimento de Portugal, solicitou aos Srs. Deputados que, em sede de Orçamento do Estado para 2012, sejam ponderadas e acauteladas algumas questões, designadamente:

- Instituir um modelo de financiamento dos Cursos de Especialização Tecnológica através do Fundo Social Europeu;
- Assegurar o pagamento das verbas do Programa de Apoio aos Docentes dos Politécnicos para a Formação Avançada;
- Permitir que as instituições apliquem os saldos de anos anteriores, desde que com a devida justificação;
- Dispensar as Instituições de Ensino Superior (IES) da Agência Nacional de Compras Públicas, no caso de conseguirem obter externamente condições mais vantajosas;
- Acautelar que as cativações não se apliquem às IES ou, em último caso, que incidam apenas nas dotações do OE.

Referindo-se, em particular, ao financiamento, considerou que os cortes anunciados para 2012, de 8,5%, a par da redução registada em 2011, na ordem dos 7%, sujeita os politécnicos a um enorme esforço de contenção e de reordenamento interno e entre instituições, o que poderá limitar a sua actividade no futuro.

Sendo a autonomia das IES crucial para o seu bom funcionamento e para o seu desenvolvimento, considerou que a captação de receitas próprias deveria ser premiada, ao invés do que acontece actualmente, em que as instituições se encontram impedidas de

executarem projectos plurianuais, como por exemplo, ERASMUS, projectos co-financiados, entre outros, por não poderem aplicar os saldos dos anos anteriores.

Chamaram ainda a atenção para o projecto *e-politécnico*, uma estrutura de ensino à distância, que permite potenciar as competências já existentes nalgumas instituições, partindo dos meios e da experiência disponíveis e, desta forma, expandir a rede de oferta de ensino superior. A partir da criação de um consórcio entre todos os politécnicos, que utilizarão a mesma plataforma, abre-se a possibilidade de ministrar diferentes cursos no espaço lusófono.

Fizeram também alusão ao centro de investigação aplicada em Portugal, cujo financiamento se encontra indexado à capacidade de desenvolvimento de projectos com os parceiros. Portugal está inserido na Rede Europeia de Universidades de Ciências Aplicadas, tendo sido, recentemente, eleito para a direcção desta rede, o que demonstra a afirmação do nosso sistema a nível europeu.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Emídio Guerreiro (PSD), Rui Santos (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Ana Drago (BE), que colocaram algumas questões e apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Os representantes do CCISP destacaram ainda os protocolos e acordos que têm celebrado com instituições pertencentes ao espaço lusófono, tendo em vista a aproximação dos vários intervenientes no âmbito do ensino superior, ao nível da mobilidade e da oferta de formação.

Reconhecendo o esforço do Estado no sentido de conseguir um melhor apuramento na atribuição de bolsas, manifestaram a sua disponibilidade para proceder a uma revisão do orçamento atribuído aos Serviços de Acção Social.

Referiram-se ao acréscimo de encargos que a qualificação do corpo docente acarretará, considerando, no entanto, que este esforço significará um retorno, não apenas no que diz respeito à valorização dos docentes, mas em termos de receita para as instituições, através do pagamento de propinas. Esclareceram que o sistema de ensino superior politécnico conta hoje com 1845 doutores e 963 inscritos para doutoramento, sendo que 44% dos docentes são professores de carreira.

Por último, informaram que farão chegar, em breve, à Comissão, o anuário financeiro das Instituições de Ensino Superior Politécnico.

A documentação entregue na reunião, bem como a respectiva gravação encontram-se disponíveis na [página da Comissão](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 06 de Outubro 2011

A Assessora

Cristina Tavares